

CORREDOR LOGÍSTICA E INFRAESTRUTURA S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019

CORREDOR LOGÍSTICA E INFRAESTRUTURA S.A.

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas e Administradores da
Corredor Logística e Infraestrutura S.A.
São Paulo - SP

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis, da Corredor Logística e Infraestrutura S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações contábeis acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Corredor Logística e Infraestrutura S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

Conforme mencionado nas Notas Explicativas nº 5, 6 e 21 a Companhia em 31 de dezembro de 2019 possui um saldo de outros créditos no montante de US\$ 880 mil de despesas de aval a apropriar, um saldo a pagar de partes relacionadas de US\$ 3,071 mil, e um saldo de US\$ 1,540 mil referente a despesas de aval registradas no resultado relativos a cobrança de aval de partes relacionadas em contrato de empréstimo da Companhia, todavia, até a data final dos nossos trabalhos a documentação apresentada não foi suficiente e apropriada para suportar o registro da referida operação nas demonstrações contábeis. Conseqüentemente, não foi possível confirmar ou examinar por meios alternativos, os referidos saldos registrados na rubrica de "Outros Créditos" no ativo circulante, "Partes Relacionadas" no passivo circulante e "Despesas com aval" registradas no resultado do exercício.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Ênfase

Transações com partes relacionadas

Conforme mencionado nas Notas Explicativas nº 1 e 6 às demonstrações contábeis, a Companhia possui transações com partes relacionadas e é conduzida no contexto de um grupo de empresas.

Consequentemente, a análise das demonstrações contábeis dever considerar esse fato. Nossa opinião não está modificada em virtude desse assunto.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondente ao exercício anterior

O exame das demonstrações contábeis referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, cujo valores estão sendo apresentados nestas demonstrações contábeis de forma comparativa, foi conduzido sob nossa responsabilidade para as quais emitimos relatório de auditoria, com data de 20 de maio de 2019, e conteve modificação sobre o mesmo assunto mencionado na seção "Base para opinião com ressalva".

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis.

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 20 de maio de 2020.

CORREDOR LOGÍSTICA E INFRAESTRUTURA S.A.

Balances patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em Milhares de USD)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Nota explicativa	2019	2018		Nota explicativa	2019	2018
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	2.880	3.802	Fornecedores	11	4.956	280
Contas a receber		203	26	Empréstimos e financiamentos	14	13.721	1.470
Estoques		144	93	Obrigações trabalhistas	12	435	212
Adiantamentos a fornecedores		51	106	Obrigações tributárias	12	64	25
Partes relacionadas	6	712	652	Partes relacionadas	6	4.273	3.309
Impostos a recuperar	4	869	501	Adiantamento de clientes		-	29
Impostos Diferidos		-	-	Outras contas a pagar		18	-
Outros créditos	5	998	1.614			23.467	5.325
		5.857	6.794	Não circulante			
Não circulante				Empréstimos e financiamentos	14	8.107	10.403
Partes relacionadas	6	9.463	685	Outras contas a pagar		12	53
Impostos diferidos	13.1	601	823	Partes relacionadas	6	-	918
Aplicação financeira	14.d	1.106	1.151			8.119	11.374
Outros créditos	5	-	916	Patrimônio líquido			
Propriedades para investimentos	7	415	415	Capital social	16.1	48.990	48.990
Investimentos	8	19	24	Reserva Legal	16.2	265	92
Imobilizado	9	389	556	Reserva estatutária	16.2	4.235	1.773
Intangível	10	58.853	47.832	Ajuste Acumulado de Conversão		(8.372)	(8.358)
		70.846	52.402			45.117	42.497
Total ativo		76.703	59.196	Total passivo e patrimônio líquido		76.703	59.196

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CORREDOR LOGÍSTICA E INFRAESTRUTURA S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em Milhares de USD)

	Nota explicativa	2019	2018
Receita operacional líquida	19	19.276	12.403
Custo dos serviços prestados	20	(8.058)	(7.237)
Resultado Bruto		11.218	5.166
Despesas gerais e administrativas	20	(3.424)	(3.597)
Resultado de equivalência patrimonial		(5)	-
Outras receitas operacionais		-	18
Resultado antes do resultado financeiro líquido		7.789	1.587
Despesas Financeiras	21	(3.664)	(2.193)
Receitas Financeiras	21	319	254
Variação Cambial Líquida	21	(372)	1.700
Resultado Financeiro Líquido		(3.717)	(239)
Lucro antes dos impostos		4.072	1.348
Imposto de Renda e Contribuição Social corrente	13.3	(396)	(55)
Imposto de Renda e Contribuição Social diferido	12.1	(222)	340
Lucro líquido do período		3.454	1.633

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CORREDOR LOGÍSTICA E INFRAESTRUTURA S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em Milhares de USD)

	2019	2018
Lucro líquido do exercício	3.454	1.633
Ajuste acumulado de conversão	(14)	2.130
Resultado abrangente total	<u>3.440</u>	<u>3.763</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CORREDOR LOGÍSTICA E INFRAESTRUTURA S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Em Milhares de USD)

	Capital social	Reserva Legal	Reserva estatutaria	Ajustes Acumulado de Conversão	Lucros/(prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 1 de janeiro de 2017 (não auditado)	48.990	-	458	(5.423)	-	44.025
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	212	212
Constituição de reservas	-	11	151	-	(162)	-
Dividendos propostos	-	-	-	-	(50)	(50)
Ajustes acumulados de conversão	-	-	-	(805)	-	(805)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	48.990	11	609	(6.228)	-	43.382
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	1.633	1.633
Constituição de reservas	-	82	1.163	-	(1.245)	-
Dividendos propostos	-	-	-	-	(388)	(388)
Aumento de capital	-	-	-	-	-	-
Reversão do Hedge Accounting	-	-	-	-	-	-
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	(2.130)	-	(2.130)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	48.990	93	1.772	(8.358)	-	42.497
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	3.454	3.454
Constituição de reservas	-	173	2.462	-	(2.635)	-
Dividendos propostos	-	-	-	-	(821)	(821)
Aumento de capital	-	-	-	-	-	-
Reversão do Hedge Accounting	-	-	-	-	-	-
Ajustes de avaliação Patrimonial	-	-	-	(14)	-	(14)
Saldos em 31 de maio de 2019	48.990	266	4.234	(8.372)	(2)	45.117

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CORREDOR LOGÍSTICA E INFRAESTRUTURA S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em Milhares de Dolares)

	2019	2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	3.454	1.633
Itens que não afetam o caixa operacional		
Depreciação e amortização	3.180	3.437
Redução na perda por desvalorização do ativo (Impairment)	-	(20)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido	222	(340)
Resultado de equivalência patrimonial	5	-
Despesas de juros sobre empréstimos	1.560	2.059
Variação cambial	282	(1.756)
	<u>8.703</u>	<u>5.013</u>
Aumento/(redução) nas contas patrimoniais		
Estoques	(51)	(55)
Adiantamentos a fornecedores	55	(111)
Contas a receber	(177)	(33)
Impostos a recuperar	(368)	94
Outros créditos	1.532	38
Partes relacionadas	-	307
Fornecedores	4.676	(5)
Obrigações trabalhistas	223	85
Obrigações tributárias	39	(191)
Adiantamento de clientes	(29)	4
Outras contas a pagar	(23)	53
	<u>14.580</u>	<u>5.199</u>
Caixa proveniente das atividades operacionais		
Impostos de renda e contribuição social pagos	(396)	(161)
	<u>14.184</u>	<u>5.038</u>
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aumento de investimentos e participações	-	-
Aplicações financeiras de longo prazo	45	(1.538)
Aquisição de imobilizado	(64)	(17)
Baixa de imobilizado	-	1
Aquisição de bens intangíveis	(14.008)	(145)
Baixa de bens intangíveis	-	-
Empréstimos entre partes relacionadas	(9.613)	(616)
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	<u>(23.640)</u>	<u>(2.315)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Novos Empréstimos e financiamentos	12.500	-
Empréstimos e financiamentos pagos - Principal	(2.291)	(2.349)
Empréstimos e financiamentos pagos - juros	(1.492)	(500)
Dividendos pagos	-	(43)
Fluxo de caixa líquido proveniente nas atividades de financiamentos	<u>8.717</u>	<u>(2.892)</u>
Efeito da variação cambial sobre o caixa e equivalentes de caixa	(183)	(34)
	<u>(922)</u>	<u>(203)</u>
Redução de caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3.802	4.005
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	2.880	3.802
	<u>(922)</u>	<u>(203)</u>
Redução de caixa e equivalentes de caixa		

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

A Corredor Logística e Infraestrutura S. A. ('Companhia') é uma sociedade anônima com sede na cidade de São Paulo, no estado de São Paulo, constituída em 21 de outubro de 2011. Sua controladora é a CGG Trading S.A. e, em conjunto com as sociedades controladas e coligadas, compartilha as estruturas e os custos corporativos, gerenciais e operacionais.

A Companhia tem como objeto social e atividade preponderante, diretamente ou pela participação em outras sociedades, a exploração de serviços auxiliares aos transportes aquaviários; serviços auxiliares ao transporte rodoviário de cargas em geral; serviços auxiliares ao transporte de carga em geral (logística de transporte ou agente de transportadoras); agenciamento marítimo e operador portuário; serviços de depósito; logística de depósito; consultoria de transportes em geral; polo de transbordo rodoviário e ferroviário; armazenamento de cereais e correlatos, secagem pré-limpeza, pesagem e análise e classificação de grãos; constituir ou participar, sob qualquer modalidade, de outras sociedades, consórcios ou entidades, cujos objetos sociais sejam própria ou detida por sociedades controladas ou coligadas.

A Companhia possui 25% de participação do Consórcio Tegram-Itaqui ("Consórcio"), que tem sua sede localizada na Avenida dos Portugueses, 100, Área Comum - Terminal de Grãos do Maranhão, em São Luís, no Estado do Maranhão.

O Consórcio foi constituído em 4 de maio de 2012, tendo como objetivo executar todas as obras de construção das áreas comuns do Terminal de Grãos do Maranhão - TEGRAM, localizado no Porto de Itaqui, no Estado do Maranhão, objeto de arrendamento conforme Concorrência Pública nº 01/11 - EMAP. Uma vez construído, também tem como objetivo gerir, operar e prover a manutenção dessas áreas, conforme previsto em Edital de Licitação.

O Consórcio não possui personalidade jurídica e não deverá constituir personalidade jurídica distinta das consorciadas.

O objeto do Consórcio será exercido durante o prazo de duração dos contratos de arrendamento dos lotes, que é de 25 anos, encerrando-se em 3 de maio de 2037, de acordo com o Edital de Licitação. Encerrado o prazo do Consórcio, será de responsabilidade das consorciadas promover a liquidação de todas as obrigações e direitos decorrentes de suas atividades.

Em julho de 2017, a sua controladora (CGG Trading S.A), concluiu o seu processo de reestruturação financeira, que tinha como objetivo a postergação da dívida de curto prazo. Nessa negociação as ações da Corredor Logística e Infraestrutura S.A, foram aceitas como garantia pelos bancos.

Em dezembro de 2018 as empresas que compõem o Consórcio se reuniram e aprovaram o Orçamento de Construção da Fase 2 do terminal, no valor aproximado de R\$ 240 milhões de reais, sendo que cada consorciada ficará a cargo do aporte de 25% desse total.

A Companhia contratou em maio de 2019 um empréstimo para financiar sua parte do CAPEX, sendo que adiantou ao consórcio 100% do investimento que lhe cabia.

2. Apresentação das demonstrações contábeis e principais práticas contábeis

2.1. Apresentação das demonstrações contábeis

As presentes demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração da Companhia em 20 de maio de 2020.

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações.

Na elaboração das demonstrações contábeis, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações contábeis incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas úteis do ativo imobilizado, provisões necessárias para passivos contingentes, determinações de provisões para imposto de renda e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

2.2. Principais políticas e práticas contábeis

As principais práticas contábeis que foram adotadas na elaboração das referidas demonstrações contábeis estão descritas a seguir:

2.2.1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor. São avaliados pelo custo, acrescidos dos rendimentos que não ultrapassam seus respectivos valores de mercado e possuem vencimentos inferiores a 90 dias, sem prazos fixados para resgate, com liquidez imediata.

2.2.2. Instrumentos financeiros

Classificação e reconhecimento

A Companhia classifica ativos e passivos financeiros nas seguintes categorias: ao valor justo por meio do resultado ("FVTPL"), ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("FVOCI") e ao custo amortizado.

A Companhia reconhece os ativos e passivos financeiros quando, e somente quando, se tornar parte das disposições contratuais dos instrumentos. A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.2.3. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são avaliadas no momento inicial pelo valor presente e deduzidas das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa. As perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa são estabelecidas quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável.

2.2.4. Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações contábeis. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias e / ou prejuízos fiscais, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

2.2.5. Investimentos em controladas e coligadas

a) Custo e / ou valor patrimonial

Os investimentos em sociedades controlada e coligadas são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, reconhecida no resultado do exercício como receita (ou despesa) operacional. No caso de variação cambial de investimento em coligadas e controladas no exterior, as variações no valor do investimento decorrentes exclusivamente de variação cambial são registradas na conta 'Ajuste de avaliação patrimonial', no Patrimônio Líquido da Companhia, e somente são registrados ao resultado do exercício quando o investimento for vendido ou baixado para perda. Para efeito do cálculo da equivalência patrimonial, ganhos ou transações a realizar entre a Companhia e suas coligadas e equiparadas são eliminados na medida da participação da Companhia; perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a transação forneça evidências de perda permanente ('impairment') do ativo transferido.

2.2.6. Propriedades para investimentos

São classificadas como propriedades para investimentos, as propriedades mantidas para obtenção de rendas ou para valorização do capital ou para ambas, e por isso são classificadas no subgrupo Investimentos, dentro do Ativo Não Circulante.

Após o reconhecimento inicial, são mensuradas pelo valor justo em contrapartida de resultados abrangentes líquidas dos efeitos tributários, e partir de então, são avaliadas anualmente ao valor justo e as variações decorrentes desta avaliação e os efeitos tributários, são reconhecidos no resultado do exercício.

Quando uma propriedade para investimento anteriormente reconhecida como ativo imobilizado é vendida, qualquer montante reconhecido em ajuste de avaliação patrimonial é transferido para lucros acumulados.

2.2.7. Moeda funcional

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Dólar, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.2.8. Moeda estrangeira

a) Transações em moeda estrangeira

Transações em outras moedas (diferente da moeda funcional) são convertidas para a moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em outras moedas na data de apresentação são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data.

Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas (diferentes da moeda funcional), são reconhecidos na demonstração do resultado como variações monetárias e cambiais, líquidas.

Para ativos não monetários, os ganhos e as perdas cambiais resultantes da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, são registrados no patrimônio líquido em ajustes de avaliação patrimonial.

Para conversão das transações em Real (R\$) para a moeda funcional da Companhia dólar norte-americano (USD) foram utilizadas as seguintes taxas de câmbio:

	Taxa média do exercício		Taxa de fechamento	
	2019	2018	2019	2018
USD/R\$	0.2535	0.2737	0.2481	0.2581

2.2.9. Imobilizado

Compreende principalmente terrenos e maquinário e são demonstrados pelo custo de aquisição deduzido do saldo da respectiva conta de depreciação, amortização, exaustão e das perdas estimadas por redução ao valor recuperável, os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada ano.

A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com as taxas da vida útil divulgadas na Nota Explicativa nº 9. Os terrenos não são depreciados.

Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais renovações é incluído no valor contábil do ativo no momento em que for provável que os benefícios econômicos futuros que ultrapassarem o padrão de desempenho inicialmente avaliado para o ativo existente fluirão para a Companhia. As principais renovações são depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado.

2.2.10. Intangível

Está reconhecido como ativo intangível a concessão do arrendamento de 1 dos 4 lotes do Terminal de Grãos do Maranhão - TEGRAM, que é mensurado pelo custo de aquisição somados os valores empregados no consórcio do terminal.

A Companhia atua sob regime de concessão, entretanto, sua atividade não se enquadra nos requerimentos das interpretações técnicas ICPCs 01 e 17 - Contratos de Concessão.

A amortização é calculada considerando a vida útil de cada item, limitado ao prazo de concessão.

2.2.11. Redução ao valor recuperável de ativos - Impairment

O imobilizado e os ativos intangíveis, são revistos periodicamente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

2.2.12. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

A Companhia reconhece provisão para contratos onerosos quando os benefícios que se espera auferir de um contrato sejam menores do que os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações assumidas por meio do contrato.

2.2.13. Empréstimos

Os empréstimos tomados são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ('pro rata temporis').

2.2.14. Passivo circulante e não circulante

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e / ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada contra as contas de resultado que deram origem ao referido passivo. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do passivo é apropriada ao resultado ao longo do prazo do contrato com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

2.2.15. Reconhecimento de receita

A receita é mensurada pelo valor da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de deduções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidas ao cliente e outras deduções similares. A receita operacional é reconhecida quando a obrigação de desempenho é satisfeita, levando em consideração os seguintes indicadores de transferência de controle: (i) a Companhia possui um direito presente de pagamento pelo serviço; (ii) o cliente possui a titularidade legal do ativo; (iii) o cliente possui os riscos e benefícios significativos da propriedade do ativo; e (iv) o cliente aceitou o serviço.

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços/comercialização de armazenagem e elevação de produtos agrícolas a granel (soja, milho, trigo) e outros serviços da atividade portuária, no curso normal das atividades da Companhia.

2.2.16. Novas normas, revisões e interpretações adotadas

- a) Os pronunciamentos contábeis do IASB abaixo listados foram publicados e/ou revisados e entraram em vigor para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019.

- CPC 06 R2 (IFRS 16) - Arrendamentos: A Companhia adotou o pronunciamento em 1º de janeiro de 2019, considerando como base de análise os contratos com ativos identificáveis, cujo controle do uso do ativo, benefícios econômicos, entre outros aspectos previstos no pronunciamento.

O novo pronunciamento introduz um modelo único para contabilização de contratos de arrendamento mercantil, eliminando a distinção entre arrendamentos operacionais e financeiros, resultando na contabilização da maioria dos contratos de arrendamento nos balanços das arrendatárias. A contabilidade dos arrendadores permanece substancialmente inalterada e a distinção entre contratos de arrendamento operacional e financeiro é mantida. A norma IFRS 16 (CPC 06(R2)) substitui a norma IAS 17 (CPC 06 (R1)) e suas interpretações.

A Companhia utilizou do expediente prático disponível na transição para a IFRS 16 para não reavaliar se um contrato é ou contém um arrendamento na adoção inicial. Portanto, a definição de arrendamento de acordo e está para a norma anterior e continuará aplicável aos contratos de arrendamento firmados ou modificados antes de 1º de janeiro de 2019, portanto a informação comparativa não foi republicada.

Para arrendamentos de curto prazo (prazo de arrendamento de 12 meses ou menos) e arrendamentos de ativos de baixo valor (como tablets e computadores pessoais, pequenos itens de móveis de escritório e telefones), a Companhia está isenta de reconhecimento e mensuração, conforme previsto no CPC 06 R2 (IFRS 16).

Sendo assim, considerando as suas transações atuais, a companhia não identificou mudanças que tivessem impacto relevante sobre as demonstrações contábeis.

- ICPC 22 (IFRIC 23) - Incerteza sobre o tratamento de impostos sobre o lucro - Em junho de 2017 o IASB emitiu a IFRIC 23 - Uncertainty over Income Tax Treatments, com o objetivo de clarificar a contabilização quando há incertezas dos impostos sobre o lucro regulamentados pelo IAS 12 - Income Taxes, sendo o correspondente pronunciamento técnico o CPC 32. Este pronunciamento contábil terá vigência para exercícios sociais que se iniciarem a partir de 1º de janeiro de 2019. Não houveram impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia em 2019. Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

CORREDOR LOGÍSTICA E INFRAESTRUTURA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em Milhares de USD)

3. Caixa e equivalentes de caixa

	2019	2018
Saldo bancário	2,215	80
Cambio a internalizar	584	3,524
Aplicações financeiras	81	198
Caixa e equivalentes de caixa	<u>2,880</u>	<u>3,802</u>

Os depósitos à vista correspondem aos saldos bancários em conta corrente.

Os saldos de aplicações financeiras são representados por títulos de renda fixa, remunerados substancialmente à 99% da variação do CDI-CETIP - Certificado de Depósito Interbancário, possuindo liquidez diária e a possibilidade de resgate imediato, sem multa ou perda de rendimento.

4. Tributos a recuperar

	2019	2018
PIS	60	21
COFINS	272	96
IRPJ	329	203
CSLL	208	181
	<u>869</u>	<u>501</u>

5. Outros créditos

	2019	2018
Aval a apropriar	882	2,486
Seguros a apropriar	90	26
Outros	26	18
Outros créditos	<u>998</u>	<u>2,530</u>

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 13 Empréstimos e financiamentos, a companhia utiliza como garantia de empréstimos ativos de partes relacionadas. No ano de 2018 foi aprovada pela diretoria a cobrança do aval dessa garantia, considerando taxas de mercado para a operação.

6. Partes relacionadas

6.1. Transações e saldos

	2019	2018
Ativo		
CGG Trading BV. (a) (b)	-	-
CGG Trading S/A. (b)	3,431	648
Consórcio Tegram-Itaqui. (c)	3,307	42
Cantagalo General Grains. (a)	3,037	647
	<u>10,175</u>	<u>1,337</u>

CORREDOR LOGÍSTICA E INFRAESTRUTURA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em Milhares de USD)

	2019	2018
Circulante	712	652
Não circulante	9,463	685
	<u>10,175</u>	<u>1,337</u>
Passivo		
CGG Trading S/A. (d)	1,202	581
Cantagalo General Grains. (e)	3,071	3,646
	<u>4,273</u>	<u>4,227</u>
Circulante	4,273	3,309
Não circulante	-	918
	<u>4,273</u>	<u>4,227</u>

As principais transações com partes relacionadas foram feitas nas seguintes condições:

(a) Transações comerciais

Prestação de serviços de elevação de cargas.

(b) Mútuos

Operações entre companhias do mesmo grupo para melhor gestão do caixa.

(c) Adiantamento de valores

Trata-se de antecipação de valores para pagamento das despesas do Consorcio.

(d) Rateio de despesas e dividendos

CGG Trading S.A - Contrato de alocação de despesas referente aos serviços compartilhados US\$ 54 mil e US\$ 1,148 mil referente a dividendos obrigatórios conforme artigo 18 do estatuto da Companhia, ajustados pela taxa fim do mês.

(e) Cobrança de aval/fornecimento de garantia

Custo financeiro da garantia cedida pela Cantagalo para o empréstimo com o banco BNB, em média US\$16,900 mil, para o período de 07 anos.

7. Propriedade para investimentos

	Terrenos
Saldos em 31 de dezembro 2018	415
Saldos em 31 de dezembro 2019	415

O valor da propriedade para investimento, refere-se a um terreno em Rondonópolis transferido a valor justo do ativo imobilizado, e mantido para fins de renda e valorização, de 2018 para 2019 não houve alteração significativa do valor justo.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em Milhares de USD)

8. Investimentos

8.1. Participação em outras sociedades

A Companhia possui participação na Tegram Operações Portuárias S.A. ("TOP S. A.") que tem por objeto social: (a) a administração e operação de instalações portuárias em geral, inclusive das instalações portuárias do Terminal de Grãos do Maranhão - TEGRAM, localizado no Porto do Itaqui, Estado do Maranhão, compreendendo, em sua atividade, a operação e gestão de equipamentos destinados à recepção e expedição de mercadorias, carga e descarga de embarcações, atividades internas em armazéns e execução de quaisquer atividades afins, correlatas, acessórias ou complementares às atividades de operador portuário; (b) a administração de bens próprios; e (c) a participação do capital de outras sociedades, como sócia, sócia-cotista ou acionista.

	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Percentual	Saldo de investimento	Equivalência patrimonial
Saldos em 31 de dezembro 2018	96	-	25%	24	-
Saldos em 31 de dezembro 2019	74	(19)	25%	19	(5)

De acordo com o Pronunciamento CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão das demonstrações contábeis, o resultado de equivalência patrimonial na investidora deverá ser desdobrado em duas parcelas: (a) uma registrada no resultado, representando o efetivo resultado da investida devidamente convertido (b) e outra registrada no patrimônio líquido da investidora para alocação ao seu resultado no futuro US\$ (4), correspondente às variações cambiais tratadas em conta especial no patrimônio líquido das demonstrações convertidas da investida.

9. Ativo imobilizado

Controladora	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	
			2019	2018
Terrenos	187		187	187
Móveis e utensílios	80	(29)	51	53
Computadores e periféricos	751	(650)	101	313
Maquinas e equipamentos	53	(3)	50	3
Total	1,070	682	389	556

CORREDOR LOGÍSTICA E INFRAESTRUTURA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em Milhares de USD)

	Terrenos	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Mág. e equip.	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	582	4	11	5	602
Aquisição	-	2	10	5	17
Depreciação	-	(3)	(296)	-	(299)
Transferência*	-	50	589	(7)	632
Transferência para Propriedade para Investimentos	(415)	-	-	-	(415)
Reversão Impairment	20	-	-	-	20
Baixas	-	-	(1)	-	(1)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	187	53	313	3	556
Aquisição	-	3	11	50	64
Depreciação	-	(5)	(223)	(3)	(230)
Transferência*	-	-	-	-	-
Transferência para Propriedade para Investimentos	-	-	-	-	-
Reversão Impairment	-	-	-	-	-
Baixas	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	187	51	101	50	389

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em Milhares de USD)

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As vidas úteis estimadas das aquisições de itens novos para o exercício corrente é seguinte:

	Vida útil
Móveis e utensílios	10 - 15 anos
Computadores e periféricos	3 - 5 anos
Máquinas e equipamentos	10 - 15 anos
Instalações	30 anos

Em eventual aquisição de bens usados é utilizada a vida útil remanescente do bem para se estimar sua depreciação.

10. Intangível

	Custo	Amortização acumulada	Líquido	
			2019	2018
Direito de uso de Outorga	14,777	(3,128)	11,649	12,297
Direito de Uso Concessão	63,300	(16,096)	47,204	35,535
	<u>78,077</u>	<u>(19,224)</u>	<u>58,853</u>	<u>47,832</u>
		Direitos de Uso Outorga	Direito de Uso Concessão	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017		12,944	40,577	53,521
Adições		-	145	145
Amortização no exercício		(647)	(2,491)	(3,138)
Baixas		-	(632)	(632)
Conversão para moeda funcional		-	(2,064)	(2,064)
Saldo em 31 de dezembro de 2018		<u>12,297</u>	<u>35,535</u>	<u>47,832</u>
Adições		-	14,008	14,008
Amortização no exercício		(647)	(2,302)	(2,949)
Transferências (*)		-	-	-
Conversão para moeda funcional		-	(38)	(38)
Saldo em 31 de dezembro de 2019		<u>11,650</u>	<u>47,203</u>	<u>58,853</u>

Direito de uso outorga

Refere-se ao lance inicial do contrato de concessão da Companhia no Tegram-Itaqui.

Direito de uso concessão

Refere-se ao contrato de concessão da Companhia no Tegram-Itaqui, que prevê arrendamento pelo prazo de 25 anos.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em Milhares de USD)

11. Fornecedores

	2019	2018
Fornecedores nacionais	4,956	280
	<u>4,956</u>	<u>280</u>

As contas a pagar a fornecedores são compostas substancialmente por títulos cujo prazo médio de pagamento. A variação de 2018 para 2019 se deu devido as obras da Construção da Fase 2 do terminal - Consórcio TEGRAM.

12. Obrigações trabalhistas e tributárias

	2019	2018
Salários e encargos	435	212
Obrigações trabalhistas	435	212
PIS	-	-
COFINS	-	-
INSS	1	1
IRRF	4	6
ISS	36	12
Outros impostos a recolher	23	6
Obrigações tributárias	<u>64</u>	<u>25</u>

13. Imposto de Renda e Contribuição Social

13.1. Composição dos saldos diferidos

Os valores de Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) diferidos findo exercício de 2019 são provenientes de diferenças temporárias. Esses créditos são mantidos no ativo não circulante.

Os valores são demonstrados a seguir:

Natureza dos impostos diferidos	2019	2018
Ativo		
Prejuízos fiscais e base negativa		
Imposto de renda s/ prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	-	370
Diferenças Temporárias:		
Variação cambial não realizada	205	69
Provisões	396	384
Impostos diferidos ativos	<u>601</u>	<u>823</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em Milhares de USD)

A expectativa da Administração para realização dos créditos tributários está apresentada a seguir:

	Impostos Diferidos
2020	601
	<u>601</u>

13.2. Período estimado de realização

As perspectivas futuras dos negócios e suas projeções de resultados constituem-se em previsões suportadas pelas expectativas da Administração, portanto, dependem de variáveis nos mercados nacional e internacional, estando sujeitas a mudanças. Esses créditos são mantidos no ativo não circulante.

13.3. Reconciliação do benefício (despesa) do Imposto de Renda e da Contribuição Social

A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e de contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

Reconciliação da Taxa Efetiva		
	2019	2018
Lucro contábil	4,073	1,348
Alíquota	34%	34%
IR e CS utilizada a alíquota combinada	(1,491)	(200)
Subvenção para investimentos	1095	145
Total	<u>(396)</u>	<u>(55)</u>
Alíquota efetiva	<u>(9%)</u>	<u>(9%)</u>

13.4. Incentivos fiscais - subvenção para investimento

A Corredor Logística, a partir de janeiro de 2016, por meio de benefício tributário outorgado pela SUDENE, Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste, com base na Instrução Normativa SRF nº 267 de 23 de dezembro de 2002, passou a ter o benefício da redução de 75% da base de cálculo do Imposto de Renda das atividades relacionadas a prestação de serviços portuários. Tal benefício já é refletido nos cálculos apresentados acima e tem duração até 2026.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em Milhares de USD)

14. Empréstimos e financiamentos

	Taxa de juros (%)	2019	2018
Empréstimos em Reais	3,53% a. a.	9,912	11,873
Empréstimos em Dolar	17,00% a. a.	11,916	
Circulante		13,721	1,470
Não circulante		8,107	10,403
		<u>21,828</u>	<u>11,873</u>

Os montantes registrados no passivo não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

Ano	2019	2018
2018	-	-
2019		1,470
2020		1,875
2021	1,883	1,883
2022 a 2025	6,645	6,645
	<u>8,528</u>	<u>11,873</u>

Em garantia dos financiamentos, foram oferecidos os seguintes ativos avaliados em reais:

(a) Terras

Foram oferecidas terras de propriedade da empresa coligada Tropical Empreendimentos e Participações Ltda, por meio de sua controladora Cantagalo General Grains S.A., composta da Fazenda Cantagalo com 22,075.93 hectares, avaliada em USD 19,700,231.

(b) Edifícios

Foram oferecidos os conjuntos 111 ao 114 localizado no 11º pavimento do condomínio Cidade Jardim Corporate Center avaliado em USD 2,497,203 de propriedade da empresa controladora CGG Trading S.A.

(c) Maquinas e equipamentos

Foram oferecidos maquinas e equipamentos eletromecânicos de propriedade da Corredor Logistica e Infraestrutura S/A, e estão instalados no lote III do Terminal de Grãos - TEGRAM, do Porto de Itaqui e estão avaliados em USD 4,346,835.

(d) Aplicação financeira

Aplicação em CDB junto ao Banco Nordeste do Brasil S/A dada em garantia referente ao financiamento de infraestrutura. Valor equivalente a 11,44% do saldo devedor.

(e) Contratos cedidos fiduciariamente

Foram oferecidos parte dos recebíveis dos contratos de prestação de serviços, para os empréstimos em dólar.

A companhia não possui contratos condicionados ao cumprimento de covenants financeiros.

15. Contingências e compromissos assumidos

A Companhia tem ações de naturezas trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos e pela administração, para as quais não há provisão constituída. Em 31 de dezembro de 2019, o total dessas contingências não provisionadas somava USD 37.2 mil , (2018 era USD 38.6 mil) .

16. Patrimônio líquido

16.1.Capital subscrito

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2019 é de USD 48,990,307 representado por 114.302.318 (cento e quatorze milhões, trezentos e dois mil e trezentos e dezoito) de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, em tudo idênticas às ações existentes, subscritas e integralizadas em moeda corrente nacional.

Acionistas	Ações	
	2019	2018
CGG Trading S.A.	114.302.318	114.302.318

16.2.Reserva legal e de retenção de lucros

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício, e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

A reserva de retenção de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido em seu plano de investimentos, conforme orçamento de capital proposto pelos administradores da Companhia, a ser deliberado na Assembleia Geral em observância ao artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em Milhares de USD)

17. Dividendos propostos

A proposta de dividendos consignada nas demonstrações contábeis da Companhia, sujeita à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral, calculada nos termos da referida lei, em especial, no que tange ao disposto nos artigos 196 e 197, é assim demonstrada:

	2019	2018
Lucro líquido do exercício	3,456	1,633
Constituição de reserva Legal	(173)	(82)
Base de cálculo dos dividendos	3,283	1,551
Dividendos propostos Total	(821)	(388)
Porcentagem sobre o lucro líquido do exercício	23,7%	23,7%

18. Instrumentos financeiros

18.1. Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, outros ativos circulantes e contas a pagar

Os valores contabilizados aproximam-se aos de realização.

18.2. Risco de crédito

A política de vendas da Companhia considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas por segmento de negócios e limites individuais de posição, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber.

18.3. Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de tesouraria.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em Milhares de USD)

18.4. Risco de mercado

a) Risco com taxa de juros

O risco associado é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

b) Risco com taxa de câmbio

O risco associado decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam valores nominais faturados ou aumentem valores captados no mercado.

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, a Companhia possuía ativos e passivos em R\$ (reais) nos montantes descritos a seguir, não existindo nenhum instrumento para proteger essa exposição nessa data:

	2019	2018
Ativo		
Caixas e equivalentes de caixa	2,296	278
Impostos a recuperar	870	501
Impostos diferidos	601	823
Outros ativos	1,252	2,662
	<u>5,019</u>	<u>4,264</u>
Passivo		
Fornecedores	4,956	280
Empréstimos	9,912	11,873
Outras contas a pagar	529	3,841
	<u>15,397</u>	<u>15,994</u>
Exposição passiva líquida	<u>10,378</u>	<u>11,730</u>

19. Receita operacional

	2019	2018
Europa e Estados Unidos	15,705	11,335
Mercado doméstico	4,525	1,870
Total de receita bruta	<u>20,230</u>	<u>13,205</u>
	2019	2018
Receita bruta	20,230	13,205
Impostos sobre vendas	(945)	(779)
Devoluções e abatimentos	(9)	(23)
Total de receita líquida	<u>19,276</u>	<u>12,403</u>

CORREDOR LOGÍSTICA E INFRAESTRUTURA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em Milhares de USD)

20. Despesas e custos por natureza

Descrição	2019			2018		
	Custo dos produtos vendidos	Despesas gerais e Adm	Total	Custo dos produtos vendidos	Despesas gerais e Adm	Total
Matérias-primas e produtos	(181)	-	(181)	(159)	-	(159)
Despesa com pessoal	(1,147)	(1,617)	(2,764)	(949)	(2,051)	(3,000)
Custos portuários	(386)	-	(386)	(246)	-	(246)
Outros custos	-	(36)	(36)	-	(17)	(17)
Prestação de serviços	(1,184)	(1,123)	(2,307)	(1,077)	(1,142)	(2,219)
Taxas e impostos	-	(258)	(258)	-	(88)	(88)
Arrendamentos	(2,369)	-	(2,369)	(1,669)	-	(1,669)
Subtotal	(5,266)	(3,055)	(8,301)	(4,100)	(3,298)	(7,398)
Depreciação	-	(389)	(389)	-	(299)	(299)
Amortização	(2,791)	-	(2,791)	(3,137)	-	(3,137)
Subtotal	(2,791)	(389)	(3,180)	(3,137)	(299)	(3,436)
Total	(8,058)	(3,424)	(11,481)	(7,237)	(3,597)	(10,834)

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em Milhares de USD)

21. Resultado financeiro

	2019	2018
Receitas financeiras		
Receita s/aplicação financeira	107	159
Juros ativos s/partes relacionadas	152	19
Descontos obtidos	59	76
Total das receitas financeiras	<u>319</u>	<u>254</u>
Despesa com aval	(1,540)	(1,570)
Juros sobre empréstimos obtidos	(1.705)	(496)
Juros passivos s/ partes relacionadas	(1)	(12)
Outras despesas financeiras	(418)	(115)
Total das despesas financeiras	<u>(3,664)</u>	<u>(2,193)</u>
Subtotal Receitas (Despesas) financeiras	<u>(3,347)</u>	<u>(1,939)</u>
Variação cambial líquida	(372)	1,700
Total do resultado financeiro	<u><u>(3,719)</u></u>	<u><u>(239)</u></u>

22. Seguros (não auditado)

A Companhia busca no mercado apoio de corretoras de seguros para estabelecer coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas, em 31 de dezembro de 2019, foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, consoante com as apólices de seguros:

Ramos	Importâncias seguradas (em milhares de USD)
Seguro Patrimonial - Cargas Armazenadas	34,733
Seguro Garantia - Contrato de Arrendamento	645
Responsabilidade civil diretores (a)	14,886
Responsabilidade civil geral (a)	1,240
Seguro Patrimonial (Riscos operacionais) (b)	62,024
Seguro Responsabilidade Operador Portuário (b)	4,962

(a) Seguro de Responsabilidade civil geral e de diretores

Seguros realizados na holding Cantagalo General Granis S/A., que cobrem os riscos de todas as empresas do grupo sediadas no Brasil.

(b) Seguro patrimonial e de operador portuário

Seguro realizado em nome do Tegram Operações Portuárias, que cobre os riscos de todas as consorciadas.

23. Eventos subsequentes

A Companhia esclarece que, em consonância com o disposto no CPC 24 - Eventos Subsequentes, com as atuais informações e dados a respeito do Coronavírus (COVID-19) e o impacto em suas operações, não foram identificados até este momento, efeitos relevantes que possam impactar suas Demonstrações Financeiras, a continuidade dos negócios e/ou as estimativas contábeis.

A Companhia segue monitorando de forma diligente toda e qualquer informação a respeito do tema, e avaliará, de acordo com a evolução do mesmo, a necessidade de divulgação de fato relevante e/ou alteração das projeções e estimativas relacionadas aos riscos reportados, de forma a deixar seus acionistas e o mercado informados acerca de mudanças de avaliação que tragam efeitos relevantes.